

Instituições literárias e processos políticos: estudo comparativo entre a Academia Brasileira de Letras e a *Academia Chilena de la Lengua*ⁱ

(Avance de investigación en curso)

GT32: Sociologia da Arte e da Cultura

Robson dos Santosⁱⁱ

Resumo

O texto apresenta resultados iniciais de uma comparação entre a Academia Brasileira de Letras (ABL) e a *Academia Chilena de La lengua* (ACL), a partir da noção de autonomia da literatura. Ele se concentra em uma análise dos processos de constituição das academias no contexto do final do século XIX. Aqui são expostos os resultados parciais de uma pesquisa maior que tem como foco a análise das instituições em três períodos: a fundação e o contexto que se estende do ano de 1960 até o ano de 2000. Na pesquisa mais ampla, buscam-se compreender comparativamente a posição de ambas as instituições literárias sobre questões como: autonomia da produção literária, papel político da literatura e a relação de cada Academia com as ideias predominantes ao longo do período selecionado. Esse esforço comparativo exigiu que recuássemos ao período de fundação delas, ainda no século XIX, a fim de compreender como se dá o processo de constituição das Academias em um contexto de afirmação das literaturas nacionais. É esta parte da pesquisa que apresentamos aqui.

Palavras-chave: Instituições literárias, Brasil, Chile.

Introdução

A fundação das Academias de letras brasileira e chilena em cada país é parte do processo de institucionalização do sistema literário. Estas instituições se afirmam como constituídas para a “preservação da língua” e “da literatura nacional” frente às injunções sociais que ameaçam a existência “autônoma” destes bens nacionais. Surgem para afirmar a autonomia dos produtos literários e linguísticos no sistema social e para institucionalizar a literatura. A posição das academias se transformou radicalmente ao longo de sua existência, perdendo o prestígio político que gozavam no período de fundação, à medida que o campo literário de cada país se tornou mais complexoⁱⁱⁱ.

É preciso entender as Academias a partir do conceito de *instituição social*, isto é, como agentes coletivos que ocupam uma posição atuante nos espaços intelectuais e políticos, normatizando e regulando determinadas práticas dos seus integrantes. Como tal, elas tendem a institucionalizar as singularidades dos agentes incorporados a seus ritos de funcionamento, em troca de relações sociais úteis ao ofício literário. Assim, quando institucionalizados, os diversos atores que as integram operam como produtores de um “discurso acadêmico” vinculado aos desígnios da organização. É evidente que isto não elimina a subjetividade ou as peculiaridades criativas dos múltiplos atores. Contudo, quando em papel de “membros” da Academia (imortais, acadêmicos etc.) os escritores e escritoras ecoam o “discurso” das instituições, distinguindo-se daqueles que a ela não pertencem (Silva, 2008).

Para realizar a investigação sobre as instituições é importante que a pesquisa faça uma breve sociogênese comparativa de sua constituição, que ocorre no final do século XIX, buscando apontar como emergem construindo discursos sobre nacionalidade, literatura nacional e de autonomia destes bens. Antes de compreendermos as instituições em suas fases já autonomizadas, na segunda metade do século XX, é importante apontar para aspectos gerais de sua fundação. Por isso, julgamos instrutivo

algumas notas históricas sobre o surgimento das Academias nos dois países, suas referências intelectuais e suas missões oficiais. Em outras palavras: quando, por que e para quê as Academias de Letras aparecem no século XIX brasileiro e chileno? Estes são os resultados parciais da pesquisa ainda em andamento^{iv} que passamos a apresentar.

1 - Instituições sociais e instituições literárias

As Academias de Letras do Brasil e do Chile são organizações com um período de existência aproximado. Do ponto de vista das referências estéticas para a criação literária, emergiram no contexto de predominância do naturalismo e do realismo (Bosi, 1979; Muñoz; Oelker, 1993). Em relação à dimensão política e ideológica, ambas irrompem no contexto de construção nacional do final do século XIX e da delimitação de uma tradição literária institucionalizada nos dois países.

Como *instituições sociais*, elas reúnem características típicas destas realidades que denominamos agentes coletivos. É sob esta condição que as Academias se inserem no campo literário, bem como é sob esta identidade que elas travam disputas sobre sua autonomia e a função social da literatura e da língua.

De antemão, cabe recordar que a abordagem a partir das instituições não se confunde com a eliminação dos múltiplos agentes individuais que integram o campo literário. Como já destacou Douglas (1998), as instituições não tem pensamento próprio, mas elas possuem uma forma própria de institucionalizar as singularidades dos indivíduos que as integram. Por isso, passam a lutar para “fazer ver o mundo social de acordo com as crenças de um grupo social que tem a particularidade de possuir quase um monopólio da produção de discurso sobre o mundo social” (Bourdieu, 1996, p. 73). As Academias surgem voltadas, portanto, para a institucionalização do fazer literário e reivindicando uma autoridade formal no campo literário.

O conceito de *instituição social* ocupa uma posição central na Sociologia. O conceito abarca uma instância fundamental de socialização, logo de construção da sociedade e das interações sociais, haja vista que é por meio da *institucionalização* dos valores que se desenha a consciência coletiva de forma compreensível para o indivíduo. Em Durkheim, por exemplo, as instituições são fonte da solidariedade social entre os indivíduos. Como entende Mary Douglas, para ele “a verdadeira solidariedade somente é possível na medida em que os indivíduos compartilhem as categorias de seu pensamento” (Douglas, 1998, p. 21). Produzir uma visão compartilhada sobre a língua e a literatura nacional constituía uma das intenções fundadoras das academias.

As instituições possuem uma posição fundamental na compreensão sociológica dos processos de formalização dos espaços sociais, como o literário. Uma abordagem a partir das instituições permite “compreender a ação dos indivíduos e suas manifestações coletivas, as mediações entre as estruturas sociais e os comportamentos individuais. Essas mediações são precisamente as instituições”. (THÉRET, 2003, p. 225). Nessa condição, as Academias de Letras são fortalecidas nos momentos de construção das literaturas nacionais, onde se afirmam como instituições literárias expressivas da nação, tal como em fins do século XIX.

2 - Notas sobre a sociogênese das instituições literárias no século XIX.

Ao longo do século XIX, ocorre a criação de importantes instituições científicas e culturais no Brasil e no Chile. Este processo se conecta às dinâmicas de independência, construção estatal e da nação que se verificavam em ambos os países. A inspiração ideológica provinha do liberalismo, do positivismo, do evolucionismo, do nacionalismo e dos ideais republicanos. Os grupos intelectuais que se formavam em ambos os países possuíam a urgência de contemporizar o cenário científico e cultural dos países com as referências europeias. Daí a emergência de museus, academias, institutos etc.,

agentes coletivos voltados para dar ossatura simbólica e cultural para o Estado e a nação que se estabeleciam. No século XIX a emergência dos campos culturais é acompanhada de sua institucionalização e da existência de organizações.

No Brasil destaca-se, por exemplo, a criação do Jardim Botânico (1808), a Academia Imperial de Belas Artes (1826), que se transforma em Escola Nacional de Belas Artes com a República em 1889, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), o Museu Paulista (1885) e o Museu Paraense (1876), entre outros (Schwarcz, 1993).

No Chile esse processo também ocorre e pode ser percebido a partir da criação da *Sociedad Literaria* (1842), Universidade do Chile (1846), da Academia de Belas Letras (1873), do Museu Nacional de Belas Artes (1880), entre outros e que se vinculavam ao esforço de construção nacional e que se nutria de inspirações múltiplas, como o romantismo, o liberalismo e o positivismo (Subercaseaux, 1997; Dávila, 2003).

Estas instituições, apesar de serem relativamente poucas, são importantes para a apreensão do processo intelectual nos dois países e devem ser compreendidas no contexto de fabricação de uma identidade própria para a criação cultural e de estruturação de um sistema político-estatal local com suas dimensões simbólicas. As Academias de Letras se inserem neste bojo.

Este esforço era feito a partir de uma apropriação, leitura e mescla de ideias estrangeiras, sobretudo europeias, como forma de responder aos anseios de construção de um sistema intelectual local no século XIX. Isso porque, “*como ocurría en toda América, no quedaba otro camino que ensayar con los instrumentos existentes pero, sobre todo, había que reformarlos aprovechando el firme curso de la experiencia europea*” (Dávila, 2003, p.65).

A criação da Academia Brasileira de Letras (ABL), em 1897, e da Academia Chilena de La lengua (ACL), em 1885, se dá neste momento, sobretudo quando os processos de construção da nação estão em plena atividade. Isso é ainda mais relevante, se notarmos que a construção cultural das nações latino-americanas no século XIX, passava pela delimitação literária. Isso é verdade para o Brasil (Candido, 1975), tanto quanto para o Chile (Dávila, 2003)^v. Nesse contexto, a intenção de formar o campo literário exigia influir de forma mais generalizada na própria construção nacional e na “*formação cultural do povo*”, logo de público para a literatura que as Academias institucionalizavam.

Definidas las bases de esta manera, las universidades y academias – que también incluían las “corporaciones literarias”, como para no dejar afuera a la recién creada Sociedad – estaban llamadas a cumplir un papel estelar em la producción y divulgación científica y literaria. De aquí se derivaba um urgentísimo punto: la instrucción de la población en ambos campos. (Dávila, 2003, p. 68).

De outro lado, Santiago e o Rio de Janeiro, cidades onde surgiram as Academias, eram as capitais literárias do Chile e do Brasil, na segunda metade do século XIX. Nelas é que se gestavam e delineavam a República das Letras nos respectivos países. Com as devidas proporções, era nestas cidades que os campos literários, intelectuais e culturais nacionais, de formar geral, começavam a ganhar institucionalidade, pretensões nacionais, manter grupos, jornais e um público restrito para as ideias, assim como era para lá que acorriam, principalmente, os intelectuais das provinciais (Subercaseaux, 1997; Sevchenko, 1995).

A tônica dominante sobre a criação cultural brasileira e chilena no século XIX é a compreensão dos processos pelos quais as ideias e instituições surgidas na Europa eram deglutidas e adaptadas ao contexto nacional. A criação das Academias é expressiva de tal problemática, haja vista que a Academia francesa era inspiração para ambas e a espanhola era para a chilena. É claro que isso se dava de inúmeras e diferentes formas, mas a questão central era a importação e a adaptação ao contexto local da produção intelectual oriunda dos países europeus.

Segundo Schwarcz (1993), instituições, escolas e teóricos que apareceram antes da “instalação das universidades no Brasil foram vistos como criadores de cópias inautênticas, reprodutores de

modelos que se referiam a realidades, por essência, díspares da nossa” (Schawrcz, 1993, p. 14). É evidente que representa uma dimensão problemática reduzir o sentido destas instituições no século XIX à reprodução de padrões da metrópole ao incipiente contexto local. Porém, não é possível ignorar as referências de origem.

De qualquer forma, o tema da inspiração ou da criação própria era fundamental para o pensamento da época. No campo da literatura e de suas instituições, a questão era candente. Sobre o Brasil, fiquemos inicialmente com a síntese ácida de Luís Costa Lima como exemplo dessa vertente de interpretação:

Quanto a estas, o intelectual oitocentista brasileiro se contentava em estar em dia, na medida do possível, com as novidades europeias, adquirindo ou perdendo prestígio na proporção em que divulgava ou não as ideias lá dominantes. Pois, desde a sua legitimação, o sistema intelectual brasileiro se tem caracterizado pelo receio de ser original (Lima, 1981, p. 10).

No caso chileno, a questão da adaptação das ideias em um momento de formação cultural e nacional não é menos presente. No Chile o debate sobre liberalismo e positivismo ocupa uma posição animadora entre diversos círculos (Carrasco, 2008). Entre os intelectuais, a questão da cópia e/ou da contextualização das criações europeias ao nascente sistema intelectual local é considerável.

Algunos postulados europeos de los siglos XVII y XVIII, que constituyen el sustrato ideológico en que fermenta el liberalismo político del siglo XIX - como la fe en la educación, el relativismo histórico, la creencia de que se debía reformar al hombre reformando la conciencia y los principios de igualdad ante la ley y de libertad de pensamiento- ejercieron en Chile, ya en el momento de la Independencia, una gran atracción, puesto que encarnaban algunos intereses de la sociedad criolla, restringida entonces por su subordinación política y económica a la metrópoli (Subercaseaux, 1997, p. 29).

As influências no plano das ideias se espalhavam pelos mais distintos campos da produção simbólica, ainda em fase preliminar de gestação. Era das referências europeias e das antigas metrópoles que se absorviam e reinterpretavam conceitos para a construção e o entendimento da realidade nacional. No contexto propriamente literário, a produção chilena vivia uma influência de ideias como o romantismo e o naturalismo, ao passo que já se cristalizavam os esforços de institucionalização academicista, a construção de um cânone e de uma tradição literária local.

Durante la generación naturalista-criollista de 1882 predominó un proceso canonizador nacionalista y regionalista que continuó la ideología anterior e incorporó en forma seria personajes del mundo popular: campesinos, indígenas, proletarios. Al mismo tiempo, se inició otro proceso canonizador, universalista de orientación europeizante que se mantendrá hasta nuestros días, basado en teorías y modelos literarios hegemónicos de orientación francesa. Estos procesos opusieron la identidad popular del roto a la aristocrática y a la arribista plutócrata y consideraron en forma reducida la identidad militar, a pesar de los arraigados valores nacionales y los espacios de chilenidad y sentimientos triunfalistas derivados de la victoria en la guerra del Pacífico. (Carrasco, 2008, p. 150).

Estes aspectos gerais expressavam as ideias e referências estéticas que circulavam entre os círculos e grupos intelectuais que foram os responsáveis pela constituição de instituições ao redor da produção literária local. No Chile, já da década de 1890, os analistas sugeriam a existência de um sistema literário com condições mínimas de construção de cânones e a consagração de obras. Quando ocorre a criação da ACL, diversos agentes e espaços de circulação do literário e valorização da língua em sua forma escrita já se instituíam no Chile.

A comienzos de la generación naturalista-modernista de 1897 la institución literaria aún no estaba plenamente establecida para definir con claridad y precisión las normas de canonización, pues la crítica pública era hecha por escritores y periodistas que se reunían en tertulias, escribían en periódicos y revistas de carácter magazinesco

desde perspectivas impressionistas. (Subercaseaux, 1994, p. 150).

Tais debates sobre o local e o estrangeiro demonstram a importância que a criação das Academias assume na afirmação do nacional. A par disso, a institucionalização tem uma relevância destacada para os campos literários e também no interior do debate ideológico sobre o local e o universal, o nacional e o estrangeiro. Esta é uma condição compartilhada no processo de criação da ABL e da ACL. Elas apareciam como esforço de institucionalização do local frente ao estrangeiro.

3 – A criação de Academias de letras e suas funções institucionais

O debate sobre a adaptação do estrangeiro ao nacional é um tema importante para a compreensão das instituições culturais no século XIX, tanto no Brasil quanto no Chile. Neste contexto, a criação de Academias nacionais de letras e literatura é um processo que ganha forte destaque também em função dos processos de construção das nações locais e da afirmação das nacionalidades. Aí, literatura e nação são imbricadas.

À medida que as culturas e literaturas locais se constituíam e se afirmavam, as relações idílicas com a França começaram a azedar, e numerosas vezes se levantaram contra essa já então chamada dependência. Desde o fim do século XIX, polêmicas inflamadas eram travadas entre partidários de uma literatura autenticamente nacional e partidários de uma literatura aberta às influências europeias. Bárbaros opunham-se a Civilizados: o chileno Andrés Bello contra o argentino Sarmiento, Alencar contra Nabuco. (Perrone-Moisés, 1997, p. 251).

No contexto de construção de uma cultura nacional, o conjunto de instituições que nascia mirava a estabilização de um sistema local para a circulação de ideias e a ação política. Almejava fazer uma unidade mínima que fosse capaz de dar ossatura às crenças que são exigidas para a construção das nacionalidades. Era a esses processos e em tais debates que as Academias do Chile e do Brasil surgiam. Nas palavras do fundador da Academia Brasileira, Machado de Assis, a afirmação da unidade nacional emerge como base do discurso inaugural:

Não é preciso definir esta instituição, iniciada por um moço, aceita e completada por moços, a Academia nasce com a alma nova, naturalmente ambiciosa. O vosso desejo é conservar, no meio da federação política, a unidade literária. Tal obra exige, não só a compreensão pública, mas ainda e principalmente a vossa constância. A Academia Francesa, pela qual esta se modelou, sobrevive aos acontecimentos de toda casta, às escolas literárias e às transformações civis. A vossa há de querer ter as mesmas feições de estabilidade e progresso. Já o batismo das suas cadeiras com os nomes preclaros e saudosos da ficção, da lírica, da crítica e da eloquência nacionais é indício de que a tradição é o seu primeiro voto. Cabe-vos fazer com que ele perdurevi.

A missão que o patrono Machado de Assis atribuía à ABL se reflete na função que o regulamento da entidade consagra à instituição como defensora da nacionalidade cultural e da tradição. Assim define o Estatuto brasileiro: “**Art. 1º** - A Academia Brasileira de Letras, com sede no Rio de Janeiro, tem por fim a cultura da língua e da literatura nacional”^{vii}.

Enquanto a brasileira opta pela não vinculação imediata com a terra originária da língua e sim com a França, principal inspiração, a Academia Chilena entende sua missão nacional como um esforço associado ao fortalecimento da língua espanhola, da Real Academia Espanhola e da pureza nacional, conforme revela seu regulamento:

Art. 1.º Las finalidades de la Academia Chilena de la Lengua son: a) velar por la pureza y el esplendor de la lengua española; b) contribuir a los trabajos de la Real Academia Española y de la Asociación de Academias de la Lengua Española; c) colaborar con otras instituciones en materias relacionadas con el idioma y con su literatura, especialmente la chilena^{viii}.

Em ambos os documentos reguladores das academias, a institucionalização da literatura caminha associada à afirmação da nação. Como fruto deste contexto, as academias abraçam a função de instituições engajadas na (re)produção de comunidades imaginadas, na qual a língua sempre foi um fator central (Anderson, 2008), bem como seus intelectuais se voltam para a constituição de um imaginário coletivo (Subercaseaux, 1994). Em ambas as instituições, é explícito o compromisso com a defesa da língua e da literatura nacional. Isto colaborava para a autonomização destes artefatos e símbolos, ao passo que se direcionava para a imaginação das nações e para a orientação da ação (Anderson, 2008). A produção de um espaço para a defesa das ideias de língua e literatura nacional, função atribuída às Academias, integra tal esforço.

Observando inicialmente para os discursos institucionais sobre a história das Academias, ressalta-se a função delas no esforço de construção da nação. Sobre a fundação das Academias, fiquemos com as palavras institucionalmente produzidas para contar sua história de nascimento. Sobre a brasileira, assim sumariza a ABL, da qual Machado de Assis foi o primeiro presidente.

No fim do século XIX, Afonso Celso Júnior, ainda no Império, e Medeiros e Albuquerque, já na República, manifestaram-se a favor da criação de uma academia literária nacional, nos moldes da Academia Francesa. O êxito social e cultural da Revista Brasileira, de José Veríssimo, daria coesão a um grupo de escritores e, assim, possibilidade à idéia. Lúcio de Mendonça teve, então, a iniciativa de propor uma Academia de Letras, sob a égide do Estado, que, à última hora, se escusaria a tal aventura de letrados. Constituiu-se, então, como instituição privada independente, a Academia Brasileira de Letras". (<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=2>. Acessado em 22/01/2013).

Dois aspectos devem ser aqui ressaltados: primeiro a inspiração na Academia Francesa, situação que marca grande parte das letras brasileiras no século XIX; de outro lado, a importância de um grupo cultural que girava ao redor da Revista Brasileira, importante espaço de institucionalização literária e da figura de José Veríssimo, um dos primeiros historiadores da literatura brasileira, logo um dos criadores do cânone nacional. Por fim, é importante relacionar a proximidade entre os círculos e grupos intelectuais de então e as frações dominantes no campo político e econômico e da imprensa, o que deve ser lido como tributário da própria configuração do trabalho intelectual no momento^x. Além disso, quase todos os nomes que integravam o grupo fundador figuram de forma consagrada, como escritores e intelectuais, na história posterior^{xi}.

Os Estatutos foram assinados por Machado de Assis, presidente; Joaquim Nabuco, secretário-geral; Rodrigo Otávio, 1º secretário; Silva Ramos, 2º secretário; e Inglês de Sousa, tesoureiro. A 20 de julho de 1897, numa sala do museu Pedagogium, à Rua do Passeio, realizou-se a sessão inaugural, com a presença de dezesseis acadêmicos. Fez uma alocução preliminar o presidente Machado de Assis. Rodrigo Otávio, 1º secretário, leu a memória histórica dos atos preparatórios, e o secretário-geral, Joaquim Nabuco, pronunciou o discurso inaugural." (In: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=2>. Acessado em 22/01/2013).

Como podemos notar, é de um grupo cultural e intelectual com relações íntimas com o poder, sem serem todos necessariamente poderosos, que se cristaliza o desejo de implantar uma instituição literária voltada para a defesa da língua e da literatura nacional. Ao fundarem a Academia eles são também os primeiros a se institucionalizarem, se consagrarem e, conseqüentemente, autorizados a definir as regras de incorporação e institucionalização dos futuros membros. Em relação à ABL, "os autores que a ela se vinculavam estabeleciam, por extensão, um vínculo com o *establishment* político-administrativo da República, podendo inclusive desempenhar papéis burocráticos ligados à máquina do poder republicano" (Silva, 2008, p. 72). É por meio das relações sociais dos escritores que viviam relativamente íntimos do poder estatal e econômico que se aglutinam os indivíduos que formaram a Academia Brasileira. Emerge, portanto, como uma instituição de conservação.

A fundação da Academia Chilena tem aspectos em comum com a brasileira, por um lado pela influência do debate sobre apropriação ou produção autônoma da cultura e pelo esforço de construção

nacional. Mas, além disso, ela resultava de esforços anteriores de institucionalização das atividades intelectuais ao redor da defesa do positivismo e da influência de grupos intelectuais liberais no país. Nesse sentido, no plano cultural, reorganiza-se no Chile, a partir de 1869 o *Círculo de Amigos de las Letras*, “como un instrumento contra los sectores conservadores y clericales de la fusión. Y en 1873 funda, con idéntico propósito, la Academia de Bellas Letras y transforma – como veremos más adelante – el positivismo en instrumento de lucha contra la influencia de la Iglesia” (Subercaseaux, 1994, p. 168). O que denota a existência de movimentos que já associavam organização literária e institucionalização.

Sobre a fundação propriamente da instituição, assim nos informa a ACL:

La Academia Chilena de la Lengua celebró su sesión de instalación el 5 de junio de 1885 en Santiago. Constaba de dieciocho miembros nombrados por la Real Academia Española, institución de la cual tuvo origen y de la que fue, en orden cronológico, la sexta academia correspondiente en Hispanoamérica. (In: <http://www.institutodechile.cl/lengua/resena.htm>) Acessado em 22/01/2013).

É importante destacar que a criação da Academia chilena conta com a participação decisiva de José Victorino Lastarria Santander, seu primeiro diretor, intelectual liberal que já havia colaborado com a criação do *Círculo de Amigos de las Letras*, em 1869, e em 1873 com a Academia de Bellas Letras. Organizações que portavam as intenções de constituírem espaços institucionais de propagação do positivismo e de luta contra a igreja (Subercaseaux, 1994).

Neste sentido, é possível vislumbrar que a sociogênese das instituições literárias no Brasil e no Chile se vinculam à autonomização do campo intelectual e literário diante da igreja, mas não necessariamente dos poderes de Estado. Marca que permanecera ao logo da existência de ambas, e é um ponto importante para problematizar sua noção de autonomia em períodos autoritários posteriores.

4 – Considerações Finais

Estas observações sobre a fundação das Academias permitiram localizar o surgimento das instituições literárias nos dois países no final do século XIX. Este processo ocorreu em um contexto no qual o discurso de separação radical entre a atividade intelectual e literária da política era incipiente, em função da dependência estatal significativa, ao passo que o esforço de construção de uma identidade nacional, pela literatura e a língua, era forte entre suas atribuições. Isto caminha a par das intenções de institucionalização da literatura. Assim, a questão da autonomia das Academias como agentes do campo literário estava posta, mas ainda era profundamente relativa. Talvez as pretensões intelectuais e culturais perseguidas pelas instituições quando de sua formação não tenham se convertido em uma relevância tão central como esperavam seus patronos.

Os amplos processos de complexização dos mercados de bens simbólicos, a autonomização dos campos de produção cultural, o desenvolvimento das instituições políticas e as mudanças na estrutura social que os países experimentaram até meados da década de 1960, quando começa a outra etapa da análise das Academias, são gigantescos. Porém, a problematização sobre a fundação das instituições permite localizar sua inserção no campo literário e suas motivações originárias. O fato é que no Brasil e no Chile, a partir de 1964 e 1973, respectivamente, a atuação das Academias assume outra condição: trata-se de instituições sociais já estabelecidas, com relativa possibilidade de autonomia e em um campo literário e intelectual distinto, como eram também tais instâncias na década de 1990, mas no qual a relevância das instituições descaíra muito. É claro que sua relevância é relativa e talvez menor do que aquela que se buscava no final do século XIX^{xii}, mas sua dependência estatal e seus intentos institucionais sobre a literatura não são tão distintos.

Referências Bibliográficas

- Alonso, Angela. (2002). *Ideias em Movimento – a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra.
- Anderson, Benedict. (2008). *Comunidades imaginadas – reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Bourdieu, Pierre. (1996). *As regras da arte*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Brunner R, José Joaquim & Catalán, Gonzalo. (1985). *Cinco estudos sobre cultura y sociedad*. Santiago: FLACSO/Ed Ainavillo.
- Candido, Antonio. (1975). *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 1º volume. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.
- Carrasco, Iván. (2008). *Procesos de Canonización de la Literatura Chilena*. In: Revista Chilena de Literatura. Número 73, 139 – 161.
- Catalán, Gonzalo. (1985). *Cinco estudios sobre cultura y sociedad*. Santiago, FLACSO.
- Dávila, Luis Ricardo. (2003). *La Expresión Literaria de la Nación Hispanoamericana*. In: Revista Chilena de Literatura, nº 63, Santiago.
- Douglas, Mary. (1998). *Como as instituições pensam?* São Paulo: Edusp.
- Durkheim, Émile. (1970). *Sociologia e Filosofia*. São Paulo: Forense.
- González, Luis Munõz; Link, Dieter Oelker. (1993) *Diccionario de movimientos y grupos literários chilenos*. Ed. Universidad de Concepción. Cocepción.
- Jofré, Manuel Alcides. (1989). *Culture, art, and Literature In Chile: 1973-1985*. In: Latin America Perspectives, issues 61, vol. 16, nº 2, pp. 70-95, Spring.
- Jofré, Manuel Alcides. (1989b). *Novela Chilena contemporánea : un fragmento de su historia*. In: Logos: Revista de Lingüística, Filosofía y Literatura, Vol 1, No 1.
- Johnson, Alan G. (1997). *Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Kambourov, Dimitri. (2000) *Literary Institutions and the Institution of Literature in the Wake of Theory*. n: In: Topics in Feminism, History and Philosophy, Junior Visiting Fellows Conferences, Vol. 6, Vienna: IWM.
- Lima, Luis Costa. (1981). *Dispersa Demanda*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves.
- Miceli, Sergio. (2001). *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras.
- Muñoz, Luis & Oelker, Dieter. (1993). *Diccionario de movimientos y grupos literarios chilenos*. Concepción: Ediciones Universidad de Concepción.
- Perrone-Moisés, Leyla. (1997). *Paradoxos do nacionalismo literário na América Latina*. In: Revista Estudos Avançados, n 11 (30), São Paulo.
- Rodrigues, João Paulo Coelho de Souza. (1998). *A dança das cadeiras: literatura e política na academia brasileira de letras (1896-1913)*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp.
- Sevcenko, Nicolau. (1995) *Literatura como missão – tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense.
- Silva, Maurício. (2007). *A Academia Brasileira de Letras e a institucionalização do academicismo no Brasil do final do século XIX*. In: Rev. O eixo e a roda: v. 14, Belo Horizonte.
- Schwarcz, Lilia Moritz. (1993). *O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1970-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Schwarz, Roberto. (1992). *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades.
- Subercaseaux, Bernardo. (1994 & 1997). *Historia de las ideas y de la cultura en Chile*. Santiago: Ed. Universitaria, tomos I, II y III. Disponível em: <http://www.ideasculturaenchile.cl/>.
- Théret, Bruno (2003). *As instituições entre as estruturas e as ações*. Lua Nova, 2003, no.58, p.225-254.
- Verdaasdonk, H. *Empirical sociology of literature as a non-textually oriented form of research*. In: Poetics, Volume 14, Issues 1–2, April 1985, Pages 173-185.

Zilberman, Regina. (2003). *A leitura no Brasil: sua história e suas instituições*. In: <http://www.unicamp.br/iel/memoria/>. Unicamp. Acessado em 24 de fevereiro de 2013.

Williams, Raymond. (2011). *Cultura e Materialismo*. São Paulo: Vozes.

Notas

ⁱ Trata-se de uma pesquisa em desenvolvimento sobre Academias de Letras. Neste texto são apresentados os primeiros resultados sobre a origem das Academias de Letras no Brasil e no Chile no século XIX.

ⁱⁱ Doutor em Sociologia. Professor da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás.

ⁱⁱⁱ Este texto contém os resultados iniciais de uma pesquisa ainda em curso, na qual analisamos como estas instituições sustentam discursos de autonomia em contextos políticos diferentes: o ambiente de fundação, no século XIX, o autoritário dos regimes militares nos dois países (Brasil: 1964-1985; Chile: 1973-1990) e no contexto democrático e de predominância do mercado (Brasil e Chile: 1990-2000).

^{iv} Como material empírico para a análise na pesquisa, tomam-se os discursos publicados em anais, boletins, revistas e os estatutos das duas Academias. A partir disso, busca-se compreender qual foi o papel e a posição das instituições literárias e culturais sobre questões como: autonomia da produção literária e ideologias na literatura.

^v O autor arrisca ainda uma síntese que explicita tal questão do século XIX e ajuda a compreender a emergência de instituições culturais e literárias: “El punto de partida para construir en Chile – como ocurrió por toda América, con mayores o menores diferencias – el condicionante unificador de la nación fue una literatura nacional expresión de la propia sociedad, de sus necesidades morales e intelectuales” (Dávila, 2003, p. 71).

^{vi} Discurso de Machado de Assis, proferido em 20 de julho de 1987, para a abertura dos trabalhos na primeira sessão da ABL. Disponível eletronicamente em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=1&sid=1>.

^{vii} Estatuto da Academia Brasileira de Letras (ABL). Disponível em: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=5>. Acessado em 05/02/2013.

^{viii} Regulamento da Academia Chilena de la Lengua. Disponível em: <http://www.institutodechile.cl/lengua/reglamento.htm>

^{ix} Filho do importante político brasileiro conhecido como Viscondi de Ouro Preto.

^x Assim Miceli caracteriza as condições para o trabalho intelectual e literário de então: “Não havendo, na República Velha, posições intelectuais autônomas em relação ao poder político, o recrutamento, as trajetórias possíveis, os mecanismos de consagração, bem como as demais condições necessárias à produção intelectual sob suas diferentes modalidades, vão depender quase que por completo das instituições e dos grupos que exercem o trabalho de dominação”. (Miceli, 2001, p. 17).

^{xi} Intelectuais monarquistas e republicanos dividiam o interesse em fundar a Academia. “A 28 de janeiro do ano seguinte, teria lugar a sétima e última sessão preparatória, à qual compareceram, instituindo a Academia: Araripe Júnior, Artur Azevedo, Graça Aranha, Guimarães Passos, Inglês de Sousa, Joaquim Nabuco, José Veríssimo, Lúcio de Mendonça, Machado de Assis, Medeiros e Albuquerque, Olavo Bilac, Pedro Rabelo, Rodrigo Otávio, Silva Ramos, Teixeira de Melo, Visconde de Taunay. Também Coelho Neto, Filinto de Almeida, José do Patrocínio, Luís Murat e Valentim Magalhães, também presentes às sessões anteriores, e ainda Afonso Celso Júnior, Alberto de Oliveira, Alcindo Guanabara, Carlos de Laet, Garcia Redondo, Pereira da Silva, Rui Barbosa, Sílvia Romero e Urbano Duarte, que aceitaram o convite e a honra. Eram trinta membros. Havia mister completar os quarenta, como na Academia Francesa. Assim fizeram os presentes, elegendo os dez seguintes: Aluísio Azevedo, Barão de Loreto, Clóvis Beviláqua, Domício da Gama, Eduardo Prado, Luís Guimarães Júnior, Magalhães de Azeredo, Oliveira Lima, Raimundo Correia e Salvador de Mendonça.” (In: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=2>. Acessado em 22/01/2013).

^{xii} Atualmente a *Academia Chilena de la Lengua*, que se propõe como uma representante cultural e linguística da Real Academia Espanhola, é vinculada ao Instituto do Chile. Esse, por sua vez, constitui um órgão assessorio do ministério da educação daquele país. Não trata-se de uma autarquia que recebe subsídios apenas governamentais, mas de uma associação privada. Com a criação do Instituto, diversas Academias Nacionais foram a ele vinculadas. Assim a própria instituição informa sua condição: “El Instituto de Chile fue creado el 30 de septiembre de 1964, por Ley N° 15.718, publicada en el *Diario Oficial* el día 13 de octubre de 1964, siendo Presidente de la República don Jorge Alessandri Rodríguez (1958-1964) y Ministro de Educación Pública el Dr. Alejandro Garretón Silva. La norma original, fue modificada con posteridad por la Ley N° 18.169 del 15 de septiembre de 1982, publicada en el *Diario Oficial* el 12 de noviembre de 1982. Jurídicamente el Instituto se crea como una corporación autónoma con domicilio en Santiago, cuya relación con el Gobierno se da a través del Ministerio de Educación. Su objetivo es la promoción, en un nivel superior, del cultivo, el progreso y la difusión de las letras, las ciencias y las bellas artes. Para el cumplimiento de tal finalidad, la ley le otorga al Instituto determinadas

funciones de índole específica tales como desarrollar actividades de carácter cultural, científico o artístico; realizar seminarios, foros, editar publicaciones, convocar a concursos y otorgar becas.” (in: <http://www.institutodechile.cl/index/old.php?id=58>). A Academia Brasileira de Letras, por sua vez, possui convênios com órgãos federais.